



DIÁRIO OFICIAL

da Câmara

República Federativa do Brasil
Estado do Pará - Belém

CIRCULAÇÃO: 21, 22, 23, 24 e 25 de setembro de 2020.

ANO XXXVII Nº 1906

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

MESA DIRETORA

MAURO CRISTIANO FREITAS

Presidente – PSDB

FABRÍCIO GAMA

1º Vice-Presidente – PMN

SIMONE CAROLE C. KAHWAGE DOS SANTOS

2º Vice-Presidente – CIDADANIA

JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE

1º Secretário – MDB

HENRIQUE DE CAMPOS SOARES JUNIOR

2º Secretário – PDT

JOSE EMERSON CAMPOS SAMPAIO

3º Secretário – PP

AMAURY DE SOUZA FILHO

4º Secretário – PT

VEREADORES

BANCADA DO AVANTE

AVANTE Dr. ELENILSON SANTOS – Líder
AVANTE MARCIEL MANÃO

BLOCO PMN / SOLIDARIEDADE

SOLIDARIEDADE IGOR ANDRADE
PMN FABRÍCIO PEREIRA DA GAMA

BLOCO PTC / PSD

PTC LUIS ANTONIO DA COSTA PINHEIRO JÚNIOR - Líder
PSD SILVANO OLIVEIRA DA SILVA - Vice-líder
PSD PROF. NILDA PAULA

BANCADA DO MDB

JOAQUIM ARISTIDES ARAÚJO CAMPOS - Líder
BLENDA CECÍLIA ALVES QUARESMA - Vice-líder
JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE
JOSÉ WILSON COSTA ARAÚJO (Zeca Pirão)
NENÉM ABUQUERQUE
PAULO QUEIROZ

BANCADA DO PSDB

NEHEMIAS GUEDES VALENTIM - Líder
MAURO CRISTIANO FREITAS
MOA MORAES

BLOCO PSC / PFS

PSC JOSÉ MARIA DINELLY - Líder
PSC CELSO SABINO DE OLIVEIRA SOBRINHO - Vice-líder
PPS WELLINGTON MAGALHÃES

BANCADA DO PSB

GLEISSON OLIVEIRA
PROF. ELIAS

BLOCO PCdoB / PT

PT AMAURY DA APPD - Líder
PCdoB ALTAIR DE LIMA BRANDÃO - Vice-líder

BANCADA DO PSOL

FERNANDO ANTONIO MARTINS CARNEIRO - Líder
ENF. NAZARÉ LIMA - Vice-líder
FRANCISCO ANTONIO DE ALMEIDA (Dr. Chiquinho)

BANCADA DO PDT

ADRIANO COELHO - Vice-líder
HENRIQUE SOARES

BANCADA DO PSOL

FERNANDO CARNEIRO - Líder
ENF. NAZARÉ LIMA - Vice-líder
Dr. CHIQUINHO

BANCADA DO PP

JOSÉ EMERSON CAMPOS SAMPAIO - Líder

BANCADA DA CIDADANIA

SIMONE KAHWAGE

BANCADA DO PTB

RILDO PESSOA

BANCADA DO PL

PABLO FARAH
BIECO

BANCADA DO PV

WILSON NETO

BANCADA DO DEM

TORÉ LIMA

ATO Nº 1224/2020, de 31 de julho de 2020.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502, de 20.12.90, **Daivison Campos Vasconcelos**, ocupante do cargo comissionado "Secretário Legislativo" Nível 01, do Gabinete do Vereador **Luis Antonio da Costa Pinheiro Júnior (Lulu das Comunidades)**, a partir de 31.07.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 31 de julho de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATO Nº 1225/2020, de 31 de julho de 2020.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502, de 20.12.90, **Ana Cristina Santos de Oliveira**, ocupante do cargo comissionado "Secretário Legislativo" Nível 01, do Gabinete do Vereador **Marciel Saraiva de Almeida (Marciel Manão)**, a partir de 31.07.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 31 de julho de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATO Nº 1226/2020, de 31 de julho de 2020.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502, de 20.12.90, **Geogenor Kajura Alfaia**, ocupante do cargo comissionado "Secretário Legislativo" Nível 01, do Gabinete do Vereador **Moá Moraes**, a partir de 31.07.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 31 de julho de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATO Nº 1227/2020, de 31 de julho de 2020.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502, de 20.12.90, **Hugo Marcelo Tavares Serra**, ocupante do cargo comissionado "Secretário Legislativo" Nível 01, do Gabinete do Vereador **Moá Moraes**, a partir de 31.07.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 31 de julho de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

MATÉRIAS PUBLICADAS NESTA EDIÇÃO

ATOS.....	06
ATAS.....	02

DIÁRIO OFICIAL

da Câmara Municipal de Belém

Sede: Palácio "Vereador Augusto Meira Filho"

End: Travessa Curuzu, nº 1755 – Marco

CEP: 66093-802

Belém – Pará

Homepage: www.cmb.pa.gov.br

Editado: Divisão de Comunicação Social – DICOS/CMB

Responsável: Flávia Moreira Garcia de Lima – Chefe DICOS

Registro nº 2719 – DRT / PA

Impresso: Setor de Imprensa Oficial – SIOF/CMB

Responsável: Elisa Bronze Correa – Chefe SIOF

ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No décimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Subiu então à tribuna o vereador Pablo Farah e comentou sobre a expectativa de reabertura de alguns segmentos em nossa cidade, dentre eles as arenas esportivas, campos de futebol e os serviços de eventos e bufê. Opinou serem os dados e números relativos à Covid-19 favoráveis à reabertura, acrescentando que ela representaria geração de emprego e renda, sustento e alimento no momento difícil por que passamos. Devido à ação enérgica da Prefeitura Municipal de Belém - PMB e à ação enérgica do governo estadual nossa cidade era referência no Brasil no que tangia ao enfrentamento da pandemia, sustentou. Parabenizou todos os gestores que tiveram compromisso no combate à expansão da doença. Avaliou ser um entrave burocrático que impedia a atuação dos médicos cubanos no país, assim como ocorria com médicos brasileiros formados em outros países, e que seria possível regularizar a situação desses profissionais. Solidarizou-se aos médicos cubanos que foram afastados do trabalho, reconhecendo ter sido essencial a atuação deles durante o pico da pandemia em nosso estado. Colocou seu mandato à disposição desses profissionais para que se pudesse reverter a decisão judicial que os afastou e assim pudessem voltar e salvar vidas. Subiu à tribuna posteriormente o vereador Nehemias Valentim e acusou os partidários de esquerda de serem todos voltados à corrupção, de estabelecerem regras de comedimento que aplicam aos outros, mas imoralmente se locupletarem com o dinheiro público, deixando o povo na miséria. Disse que a esquerda agora mudara a cor da bandeira, trocando o vermelho pelo amarelo, mas não adiantava mudar a cor se o coração era corrupto, era bandido. Relatou ter visto uma novela da Rede Globo em que o filho homossexual tentava esconder isso dos pais, passando-se por heterossexual diante da família. Uma mulher apresentou-se como sua namorada, mas era negra e o pai do rapaz era homofóbico e racista. No final, a Globo fazia referência à Bíblia dizendo que devíamos amar uns aos outros. Considerou que defendiam a liberdade total na sociedade usando a palavra de Deus, defendiam uma sociedade em que se podia fazer tudo que se quisesse, até estuprar. Referindo-se ao caso da menina de dez anos estuproada e engravidada pelo próprio tio, disse haver milhares de casos semelhantes não noticiados, que ocorrem no seio das famílias e não têm essa repercussão. Em aparte, manifestou-se o vereador Joaquim Campos. Assumiu depois a palavra o vereador Toré Lima e trouxe dois assuntos à plenária que, julgou, ganhavam repercussão em alguns grupos nas redes sociais, ambos relativos à gestão do prefeito Zenaldo Coutinho. O primeiro deles seria a não realização da coleta de lixo na Avenida João Paulo II. Contou ter explicado no grupo onde isso fora divulgado que competia à PMB fazer a coleta e limpeza daquela via até a ponte de ferro e até aquele ponto ela estava limpa e dispunha de iluminação. A este respeito, referiu ser comum nesta época eleitoral a divulgação de *fake news*. Reportou-se depois a um ofício circular da PMB informando sobre a impossibilidade de os servidores receberem, a partir de então, qualquer vantagem ou valores incorporados, o que estava causando grande insatisfação entre os funcionários públicos municipais. Esclareceu que a circular se baseava na Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, aprovada pelo Congresso Nacional. Expressou que a PMB não poderia ignorar uma lei federal sob pena de o gestor sofrer um processo por improbidade administrativa. Julgou, porém, que as solicitações de direitos adquiridos como a licença prêmio deveriam ser deferidas, deixando-se o usufruto deles para depois de 2021. Entretanto, tais solicitações estavam sendo simplesmente indeferidas. Informou ter enviado à Procuradoria Geral do Município de Belém, no dia anterior, um questionamento sobre esta prática, que considerava uma violação de direitos. Inteirou que dezenas de processos foram indeferidos, inclusive alguns com data anterior à aprovação da lei, o que não deveria acontecer porque a legislação não poderia ter efeito retroativo para prejudicar os servidores. Em aparte, manifestou-se o vereador Fernando Carneiro. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco PSC – PPS, José Dinelly contou ter visto um acidente vitimar um entregador em nossa cidade. Fez então uma pesquisa sobre a situação desses trabalhadores, verificando que eles não tinham apoio algum, não recebiam a mínima estrutura das empresas para as quais trabalhavam, reportou. Sofriam carregando mochilas pesadas contendo comida ou objetos e quando ocorriam acidentes não tinham amparo algum, acrescentou. Informou ter protocolado nesta Casa um requerimento solicitando a atenção do poder público municipal e do poder público estadual para a condição dessas pessoas. Levaria esta demanda até o prefeito Zenaldo Coutinho e avaliaria a possibilidade de fazer um projeto de lei para que os entregadores de Belém tivessem um mínimo de assistência, afirmou, e faria o mesmo em relação ao governador Hélder Barbalho. Pela liderança do Democratas, Toré Lima convidou os demais parlamentares e os servidores desta Casa a participar da sessão especial que seria realizada no dia seguinte neste salão plenário, com a presença de representantes do

Banco do Estado do Pará – Banpará. Nesta sessão, continuou, seria discutida a possibilidade de serem aplicadas aos servidores deste Poder as mesmas taxas de juro bancário e de multas cobradas aos servidores estaduais. Estudos técnicos preliminares mostravam absurdos cometidos pelo banco, tais como dar tratamento diferente aos clientes e considerar inadimplentes funcionários da CMB falecidos ou aposentados, participou. O Banpará, segundo soubera, apresentaria um relatório durante a sessão, sendo essencial que todos comparecessem para fazer questionamentos e dirimir eventuais dúvidas, externou. Criticou o não funcionamento do posto do banco na CMB no horário do almoço, levando as pessoas a esperar por meia hora para receber atendimento, e a não existência de um espaço reservado para receber os clientes, forçando-os a tratar de seus assuntos financeiros sem privacidade. Tendo visitado a Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa na semana anterior, não pôde entrar na agência do banco lá existente por não ser servidor da Alepa, mas o posto do Banpará existente na CMB estava sempre lotado, comparou. Disse que traria à sessão elementos como o decreto do governo estadual que estabelecia a política de taxas e juros para os servidores estaduais. O Banpará lançou o financiamento da casa própria para os servidores estaduais com apenas dez por cento de entrada, científico, questionando o motivo de esse financiamento não ser estendido aos servidores da CMB. A sessão não tinha por objetivo atacar o governo estadual, ressaltou, mas sim dar aos vereadores, assessores e servidores deste Poder o mesmo tratamento que o Banpará concedia aos servidores estaduais. Pela liderança do PSDB, Nehemias Valentim defendeu o parcelamento das dívidas a juros baixos para diminuir a inadimplência e permitir a regularização do crédito das pessoas e das empresas nesta época de crise devido à pandemia. Isso melhoraria também a arrecadação pública em todos os níveis, municipal, estadual e federal, avaliou. Devido à crise, prosseguiu, muitos empregados estavam fazendo acordos para evitar a falência das empresas. Entretanto, os governos, em todos os níveis, precisavam fazer sua parte e não serem tão ávidos em cobrar as dívidas, protestando-as em cartório. Pela liderança do MDB, Joaquim Campos propôs que se mobilizasse a Alepa para tentar diminuir a ocorrência de pedofilia na Ilha do Marajó. Na cidade de Cametá, no sábado anterior, exemplificou, uma criança de onze anos fora estuprada por seu tio. Pediu que as pessoas acionassem a polícia ao ter conhecimento de casos similares para que tais criminosos fossem retirados do convívio social. Defendeu que esturpadores fossem misturados aos demais presos, ao invés de serem isolados em alas específicas nas prisões, para que fossem efetivamente ressocializados durante o tempo que passassem na cadeia. Em aparte, manifestou-se o vereador Sargento Silvano. Pela liderança do PV, Wilson Neto aludiu à grave agressão perpetrada pelo dono de uma barbearia, situada na Brás de Aguiar, contra um senhor que fora reclamar do barulho no local. O fato fora muito comentado pelos demais moradores da área, que também se queixavam do alto volume das caixas de som utilizadas naquele estabelecimento. Disse conhecer o autor da agressão, cognominado Carioca, pois cresceu naquela rua, e ficou surpreso com a brutalidade do ato. Declarou-se defensor do direito ao trabalho digno, mas contrapôs que o direito de uma pessoa acaba quando começa o direito da outra, sendo necessário respeitar o próximo. Pensando no caso da menina de doze anos, estuproada inúmeras vezes por anos e engravidada pelo próprio tio, confessou não saber onde, em algum momento, a sociedade errou o caminho por não ser admissível que se tentasse amenizar o crime cometido pelo esturpador ou que altas autoridades afirmassem existir abuso sexual prazeroso. Salientou ser necessário tomar providências para prender o criminoso, pois quem comete crime deve pagar na forma da lei, com todo o processo legal garantido. Ademais, continuou, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ deveria averiguar quem vazou as informações sigilosas sobre o caso. Manifestou concordar que este parlamento deve dedicar-se, sobretudo, aos temas locais, que dizem respeito à cidade, mas observou haver assuntos que por sua importância não podem ser deixados de lado até porque os vereadores são formadores de opinião. Ainda que o nosso Código Penal fosse antigo e retrógrado, datado de 1940, se cada parlamentar atuasse como cidadão e legislador e colabore a bancada federal por mudanças nessa legislação, conseguiriam dar uma contribuição importante, arrazoou. Considerou natural que, devido à proximidade das eleições, os ânimos ficassem mais acirrados com a disputa, mas pediu que se evitasse a divulgação de falsas informações e a desinformação e se priorizasse o debate das propostas e ideias. Em aparte, manifestou-se o vereador Joaquim Campos. Findo este pronunciamento, o presidente Mauro Freitas observou que este parlamento aprovou o projeto estabelecendo a licitação do transporte público em nossa capital e todas as audiências públicas relativas ao tema já haviam sido realizadas, tendo esta Casa cumprido o que lhe cabia fazer. Comunicou que a liberação dessa licitação estava no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA. Informou que seria encaminhada ao TCM/PA uma solicitação de informações sobre o motivo de não ter sido ainda exarada a liberação da licitação, pedindo a todos os parlamentares deste Poder que a subscrevessem. Havia pressa para a realização da licitação, pois o Sistema BRT já fora concluído e a população cobrava a implantação do ar condicionado nos ônibus, conforme estabelecia o projeto aprovado por esta Casa, indicou. O vereador Fabrício Gama sugeriu então que o vereador Mauro Freitas, na qualidade de presidente da CMB, ligasse para o presidente do TCM/PA, conselheiro Sérgio Leão, e fosse formada uma comissão de vereadores que levasse até ele, em mãos, um pedido de celeridade para a liberação da licitação. O presidente convocou depois as lideranças partidárias a participar de uma reunião para discutir o tema. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Mauro Freitas solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Wilson Neto solicitando a realização de uma sessão especial para ouvir os dirigentes da Companhia de Saneamento do Pará – Cosanpa e que esta Casa solicitasse a esta companhia cópia do contrato ou avença que embasasse a negociação de contratação de empresa privada para a substituição das tubulações de água no município de Belém e detalhes do programa Caixa D'Água para Todos. O requerimento solicitava ainda que a Cosanpa apresentasse um plano de recuperação da malha asfáltica e/ou um método de ressarcimento ao município pelos prejuízos causados em diversas vias da cidade, sem a devida recomposição. Fizeram encaminhamentos os vereadores Sargento Silvano (assumindo a presidência da Mesa, neste ínterim, o vereador Fabrício Gama), Toré Lima, Wilson Neto, Igor Andrade, Amaury da APPD, Fernando Carneiro e Rildo Pessoa, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Não havendo quórum, o presidente Fabrício Gama encerrou a sessão às dez horas e quarenta e cinco minutos. Estavam licenciados os vereadores Dr. Chiquinho, Bieco e Paulo Queiroz.

Justificaram suas ausências os vereadores: Marciel Mão, Moa Moraes e Simone Kahwage. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, pelo Avante; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Professor Elias e Gleisson Silva, pelo PSB; Pablo Farah, pelo PL; Neném Albuquerque, Joaquim Campos e John Wayne, pelo MDB; Wellington Magalhães, Celsinho Sabino e José Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Enfermeira Nazaré Lima e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Lulu das Comunidades, Professora Nilda Paula e Sargento Silvano, pelo bloco PSD – PTC; Mauro Freitas e Nehemias Valentim, pelo PSDB; Toré Lima, pelo Democratias; Adriano Coelho, pelo PDT; Rildo Pessoa, pelo PTB; Fabrício Gama, pelo PMN; Wilson Neto, pelo PV; Emerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 19 de agosto de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE
1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES
2º Secretário

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo quarto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Emerson Sampaio. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Subiu então à tribuna o vereador Igor Andrade e noticiou que o governador Hélder Barbalho participara, no sábado anterior, de um ato simbólico na área do parque Porto Futuro – foram plantadas árvores para que futuramente aquele logradouro viesse a ter uma arborização melhor. Historiou ter participado do ato da inauguração e acompanhado anteriormente sua construção. O parque é lindo, opinou, mas faltava a cobertura vegetal para proteção contra o sol, dificultando a presença das pessoas durante as horas mais quentes do dia. Referiu-se depois ao acidente que vitimou a ex-deputada federal Simone Morgado, ocorrido na BR – 316 na madrugada do sábado anterior, quando o carro que ela conduzia chocou-se contra uma mureta. Solicitou a instalação de uma sinalização melhor para aquele trecho da rodovia, pois muitos avaliavam que a existente era inadequada. Chamou depois a atenção para os buracos existentes em várias vias da cidade, nos quais a população, por vezes, enfiava uma tábua para alertar os motoristas e transeuntes. Considerou ser esse um problema recorrente em nossa cidade, não ocorrendo apenas na atual gestão municipal. Quando é feito o asfaltamento, continuou, frequentemente deixam a tampa do bueiro para baixo, criando outro buraco. Relatou ter quase perdido um pneu de seu carro, havia vinte dias, ao seguir pela Avenida Conselheiro Furtado e passar sobre uma das tampas de bueiro lá existentes. Requisitou que fosse melhorada a iluminação e sinalização das vias em nossa cidade, com o uso de tintas refletivas. Informou depois que a Praça Helena Coutinho, no Bairro de Canudos, seria entregue à população pela Prefeitura Municipal de Belém - PMB. Mencionou ter participado desde 2017 de reuniões com os moradores da área para tratar da obra. Em março deste ano, lembrou, ao visitar a área verificou que o trabalho estava paralisado e entrou com requerimento neste parlamento pedindo sua retomada. Segundo constava, completou, a empresa encarregada da construção tivera problemas e retirara os operários do local. Pedira esclarecimentos à Secretaria Municipal de Urbanismo – Seurb sobre os motivos da paralisação, mas logo depois o trabalho foi retomado e agora fora finalizado, comemorou. Comentou que o local onde a praça se situa, no final da Rua Roso Danin, estava abandonado havia muito tempo, e a PMB fez o asfaltamento e a drenagem da rua no entorno da praça. O governo estadual, a pedido do vice-prefeito Orlando Reis, fez o asfaltamento das passagens Santa Helena, Kadja, São Pedro e Vilhena, tendo iniciado o asfaltamento da Rua 24 de Julho, notificou. Pediu que nesta disputa eleitoral que se iniciava houvesse o respeito às diferenças ideológicas, partidárias e programáticas, pois todos tinham o mesmo objetivo, desejando boa sorte a todos. Observou que os vereadores da nova legislatura poderiam ter uma atuação mais efetiva através do orçamento impositivo, aprovado nesta legislatura. Parabenizou os vereadores que participaram dessa aprovação. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas. Subiu depois à tribuna a vereadora Enfermeira Nazaré Lima e inteirou a plenária sobre a ocorrência, naquele momento, de uma manifestação em Outeiro pela melhoria do transporte público. Admirou-se de como este problema não fora resolvido, pois vinha acompanhando a luta dos moradores daquele distrito desde que assumira o mandato, já fora feita uma audiência pública para debater o tema, mas a Semob e a PMB não conseguiam resolver. Externou posteriormente sua solidariedade à advogada Juliana Nunes, agredida por um agente prisional na sexta-feira anterior, fato ocorrido no Complexo Penitenciário de Santa Izabel. As mulheres sofrem cotidianamente violações a seus direitos e sofrem violência em todas as fases da vida, apontou. A mulher sofre violência mesmo quando estuda e se capacita, aditou. afirmou ser o direito penal um espaço predominantemente masculino e quando uma advogada ousa atuar na área fica sujeita à violência. O agente prisional agrediu a advogada Juliana Nunes com um soco e acusaram-na de ser ousada e abusada, assinalou. Considerou que independentemente do comportamento, nada justificava a agressão física. Os advogados devem ter resguardados os seus direitos, suas prerrogativas profissionais, sendo um deles entrevistar-se com o cliente, observou. Infelizmente, lamentou, vive-se um momento muito complicado nos presídios de Belém em relação às prerrogativas dos advogados. Solicitou o imediato afastamento do agente agressor para averiguações e clamou ao senhor Jarbas Vasconcelos (secretário Extraordinário de Estado para Assuntos Penitenciários da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - Susipe) e ao senhor Ualame Machado (titular da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social – Segup) que tomassem providências no sentido de resguardar os direitos da mulher advogada. Assumiu depois a palavra o vereador Wilson Neto e recordou ter havido um caso de agressão a um advogado logo que assumiu o mandato, ocorrendo outros fatos similares posteriormente. Julgou nefasto que isso ocorresse, uma vez que o advogado é essencial à administração da Justiça, como

preceitua a Constituição Federal. Advogados e principalmente advogadas têm seus direitos vilipendiados e ofendidos, estas, sobretudo, por serem mulheres, enunciou. Disse ter certeza de que o senhor Jarbas Vasconcelos não compactuava com tais agressões por ter sido presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará – OAB/PA e esperava que, no caso da agressão à advogada Juliana Nunes, um processo administrativo disciplinar fosse logo instaurado para apurar as responsabilidades. É necessário, entretanto, haver mais discussão sobre o tema para dar fim a essa postura deplorável, salientou. Considerou vergonhoso acompanhar profissões diversas sendo desrespeitadas e prerrogativas de servidores sendo violadas. Reportou ser advogado civilista, não atuando na área penal, mas testemunhou vários colegas de profissão sofrerem o cerceamento de suas prerrogativas. Colocou-se ao lado das mulheres nessa luta por direitos, por uma sociedade mais justa e inclusiva para mulheres, negros, gays e todos os segmentos. Agradeceu em seguida aos vereadores Pablo Farah, Gleisson Silva, Moa Moraes, Lulu das Comunidades e Emerson Sampaio pela atuação que tiveram e têm em prol das práticas desportivas, clamando-os a comemorar a liberação das atividades esportivas em nossa cidade. Julgou que isso foi feito no tempo oportuno, de maneira correta, com se deu com as demais liberações feitas pela PMB, como comprovava a não ocorrência de novos picos de Covid-19 em nossa cidade. Infelizmente, reconheceu, ainda aconteciam mortes devido à doença em Belém e enquanto isso continuasse, tinha certeza, a CMB não estaria satisfeita e a PMB também não estaria satisfeita. Apesar de tudo, continuou, era preciso retomar a vida “normal”, retomar as atividades dos diversos segmentos para que as pessoas voltassem à suas rotinas, mesmo com restrições e dificuldades. Estava preocupado com os empresários dos setores de academias e arenas esportivas, que estavam em situação difícil após quatro meses de paralisação dessas atividades, expressou, ressaltando a atuação dos vários parlamentares da Casa em prol da liberação desses setores. Externou estar muito satisfeito porque poderia voltar a treinar boxe, já tendo acompanhado o retorno do futebol pelada, e tinha convicção de que o esporte contribuía muito para a melhoria da saúde da população, fortalecendo o sistema imunológico e reduzindo o impacto da Covid-19 sobre o organismo. Além disso, acrescentou, havia o aspecto positivo em relação à economia propiciado pela retomada das atividades esportivas em academias e arenas. Indicou haver outros segmentos que ainda estavam prejudicados, limitados, como as escolas. Vinha acompanhando o trabalho da PMB para a volta às aulas, científico, e eram utilizados os mesmos critérios aplicados na liberação de outros setores, visando avançar com segurança e respeito. A volta às aulas na rede pública municipal de ensino tinha um caráter diferente da volta às aulas na rede privada, alertou, pois constituíam realidades diferentes, sendo essencial essa compreensão para evitar injustiças e irresponsabilidades. Parabenizou a equipe da Secretaria Municipal de Saúde – Sesma pelo trabalho criterioso desenvolvido, atuando com muita firmeza e equilíbrio, mesmo diante de grande pressão. A PMB ouvia todos os segmentos, assegurou, e todos os caminhos de liberação e retomada de atividades foram construídos de forma coletiva pela parte técnica da Prefeitura, pelo prefeito, pelos secretários e pelos setores envolvidos, que ajudaram a construir todos os protocolos adotados. Manifestou estar confiante de que a gestão municipal estava no caminho certo para vencer a Covid-19 em nossa cidade. Findo este pronunciamento, o vereador Pablo Farah pediu que se fizesse um minuto de silêncio, na ocasião oportuna, em homenagem póstuma ao sargento da Polícia Militar Marconis de Oliveira Amorim, *assassinado* na noite do sábado anterior no Bairro do Atalaia, em Ananindeua. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PSOL, Enfermeira Nazaré Lima relatou que, na manhã deste dia, moradores da Ilha de Outeiro esperavam na parada de ônibus pelo coletivo para vir a Belém. Devido à demora, eles se revoltaram e organizaram um protesto por não suportarem mais as péssimas condições de transporte, por não suportarem mais chegar atrasados ao trabalho, serem demitidos ou ouvir bronca dos patrões todos os dias. afirmou ser importante que esta Casa, neste dia, emitisse uma nota, um documento, pedindo o fim desta situação. Todos os ônibus deviam ser postos a circular, defendeu, pois embora as aulas não tivessem ainda retornado, a maioria dos trabalhadores já estava nas ruas. Em Outeiro a situação tornara-se insustentável, acrescentou, porque os ônibus, além de demorar a passar, estavam sucateados, quebravam no caminho, pegava fogo. Sugeriu que se retirasse a empresa Belém Rio, responsável pelo transporte público por ônibus na ilha, e se colocasse outra empresa, uma vez que ela não prestava um bom serviço. Reiterou ser necessário um posicionamento efetivo deste parlamento a respeito, emitindo uma Nota de Repúdio à empresa e solicitando à Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob que tomasse uma providência. Pela liderança da Oposição, Fernando Carneiro, tendo presenciado um acidente grave na Estrada do Maracacuera na noite anterior, denunciou a falta de fiscalização no trânsito daquela via, com um grande número de pessoas retornando de Outeiro no domingo à noite, havendo muitos motociclistas sem capacete e até quatro pessoas ocupando uma só motocicleta. Sustentou ser uma mentira a afirmação de que se resolveu o problema do transporte em nossa cidade. Criticou o monopólio da empresa Belém Rio, expressando que ela parece ser intocável, pois faz o que quer, parecendo ser a dona do sistema de transporte em Belém, não sendo alcançada pela fiscalização. Os proprietários dessa empresa já foram presos, frisou, envolvidos em escândalos de corrupção no Rio de Janeiro. Os ônibus que ela usa são velhos: já tendo rodado na capital carioca, são pintados e colocados para circular aqui, notificou. A população de Outeiro é refém da Belém Rio, constatou, e quando a imprensa vai noticiar os problemas que ocorrem no transporte da localidade pergunta à empresa e pergunta à Semob, como se a Belém Rio fosse dona da linha. Os empresários de ônibus devem entender que são concessionários de um serviço, destacou. Questionou quais seriam as forças superiores que impediam a realização do processo licitatório do transporte público por ônibus em nosso município. Quem padece nesse jogo é a população, ressaltou, mas quando as pessoas fecham uma rua são tachadas como radicais. Radical, confrontou, é perder emprego, perder consulta médica, perder aula porque não há ônibus ou quando há estão quebrados, velhos, dão prego. Solidarizou-se à população de Outeiro, que sofre com o péssimo serviço prestado pela Belém Rio, e particularmente ao povo da área de Fidéris, localidade da ilha, prejudicado com a falta de fiscalização da Semob. Externou sua preocupação com a situação do transporte público por ônibus em nosso município, conjecturando que, muito provavelmente, a licitação para o serviço não ocorreria neste mandato de Zenaldo Coutinho, padecendo com isso a população de Belém que tem, além de uma cidade abandonada, um transporte público sucateado. Pela liderança do PP, Emerson Sampaio deplorou que a licitação para o transporte público por ônibus em Belém até esta data não tivesse

ocorrido, apesar de ter sido aprovada neste parlamento ainda no final de 2017. Lamentou o sofrimento por que passa a população de Outeiro, Mosqueiro e do Distrito de Icoaraci com as péssimas condições do transporte público. Comunicou depois ter apresentado, na semana anterior, um projeto de lei obrigando as empresas prestadoras de serviços em nosso município a cumprirem prazos para entrega de obras. Pediu que este projeto entrasse logo e pauta e o apoio dos demais parlamentares para sua aprovação. Alertou ter se tornado prática comum em nosso município o abandono de obras por questões políticas, para não beneficiar desafetos da gestão. Julgou isso inaceitável porque o dinheiro empregado era do povo e devia ser transformado em benefícios. Parabenizou seus pares pela aprovação do orçamento impositivo, avaliando que era uma vergonha ser esta Casa, dentre os parlamentos municipais das capitais do país, uma das poucas a não o ter aprovado. Classificou os vereadores deste parlamento como meros pedintes, pois ficavam com o pires na mão, humilhando-se ante a gestão para conseguir uma limpeza de rua. Para a população o vereador é um super-herói que com um estalar de dedos resolve todos os problemas, reputou. Entretanto, a realidade é diferente porque a atuação dos parlamentares de nossa cidade é limitada pelo artigo 75 da lei Orgânica do Município de Belém – Lomb que não permite a aprovação de nenhum projeto de lei que gere despesa para o Executivo Municipal. Era vergonhoso para este parlamento, opinou, discutir todos os anos o orçamento municipal e não poder participar de nada, não poder indicar uma obra, o reparo de uma rua, a construção de uma praça, a reforma de uma escola ou de uma unidade de saúde. Os vereadores da próxima legislatura, porém, com a aprovação do orçamento impositivo, poderiam intervir de forma mais efetiva, podendo direcionar alguma obra, fiscalizar e acompanhar. Pediu novamente apoio a seus pares para a aprovação do projeto estabelecendo a obrigatoriedade do cumprimento de prazos pelas empresas na finalização das obras públicas municipais, para que não se abandonassem obras no meio do caminho, jogando dinheiro público pelo ralo. Pela liderança do Democratas, Toré Lima informou sobre a sessão especial, realizada na quinta-feira anterior, que discutiu a demanda por isonomia de tratamento entre os servidores deste Poder e os servidores estaduais por parte do Banco do Estado do Pará – Banpará. Na sessão, continuou, os representantes do banco pediram um prazo de uma semana para que fossem sanados casos de inadimplência de alguns servidores para com a instituição bancária. Tais casos de inadimplência, esclareceu, são de servidores já falecidos ou aposentados. Finalmente, após este prazo, festejou, estarão disponíveis para os funcionários da Casa empréstimos e financiamentos a juros mais baixos. Agradeceu a presença na sessão dos vereadores Fernando Carneiro, Enfermeira Nazaré Lima e Wilson Neto. Reportou ter solicitado à direção do Banpará que os servidores da CMB fossem incluídos no financiamento da casa própria, lançado pelo governo estadual na semana anterior, com pagamento de 10% de entrada e juros de 5,7% a 6,1% ao ano. Avisou que formalizaria tal pedido ao governo estadual, pedindo que os demais parlamentares subscrevessem essa petição. Externou depois ter feito uma solicitação à presidente do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Belém – IASB, senhora Paula Barreiros e Silva Conceição, e estar aguardando resposta em relação à dificuldade de marcação de consultas por telefone, estabelecida por segurança durante a pandemia, e em relação à aplicação da lei, aprovada por este parlamento, determinando que o servidor, quando internado, não tenha que pagar por nenhum tipo de insumo, tratamento ou cirurgia. Em aparte, manifestou-se o vereador Igor Andrade. Assumiu posteriormente a presidência da Mesa o vereador John Wayne. Subiu então à tribuna, pela liderança do PSDB, o vereador Mauro Freitas e esclareceu que, em relação à licitação para o transporte público por ônibus em nosso município, este parlamento já fizera sua parte, aprovando a lei que a estabelecia e realizando todas as audiências públicas necessárias para discutir o tema. A liberação para licitação agora dependia do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA. Assim que a liberação fosse exarada, assegurou, a licitação ocorreria, pois, o Executivo Municipal e a CMB tinham todo interesse em sua realização, até porque isso permitiria a inclusão do ar condicionado nos ônibus que fazem o transporte público em nossa cidade. Fez notar que a licitação para o transporte complementar, também aprovada neste parlamento, ocorreria após a licitação para o transporte público por ônibus. Desse modo, continuou, os trabalhadores do transporte complementar e a população como um todo aguardava ansiosamente a realização da licitação para o transporte público por ônibus. Isso deveria ficar claro, explicitou, para que não houvesse mais postagens na internet apontando vereadores que teriam votado contra o ar condicionado nos ônibus. Se os vereadores não quisessem a climatização dos ônibus, evidenciou, não teriam aprovado a licitação, pois isso é o que realmente dava segurança jurídica ao processo. Inteiro já ter sido enviada por este Poder ao TCM/PA uma solicitação de celeridade à liberação da licitação e estava agendada a visita de uma comissão de vereadores ao presidente daquele tribunal, conselheiro Sérgio Leão, para tratar do tema, esperando-se que até o dia 15 de setembro vindouro já houvesse uma resposta positiva a esta demanda. Discorreu depois ter ficado algum tempo como pré-candidato a prefeito de Belém por um conjunto de partidos, entre os quais o PSDB, ao qual é filiado. Entretanto, neste dia, fizera uma nota lançando sua pré-candidatura à vereança em Belém, esperando voltar a este parlamento. Declarou seu apoio à candidatura do deputado estadual Thiago Araújo a prefeito de nossa capital, considerando ser necessário renovar a política e avaliando ser ele um jovem que tem todas as características dessa renovação. Desejou sorte ao candidato do MDB a prefeito de Belém, José Priante, e a todos os pré-candidatos que se lançassem. Ser prefeito de Belém não é tarefa fácil por ser uma cidade sem recursos que precisa muito da Câmara Municipal, ponderou. Externou torcer para que os membros da atual legislatura voltassem a esta Casa. Agradeceu pela presença da TV Liberal nesta sessão, revelando ter sido fornecido a este órgão de imprensa o quantitativo de projetos aprovados por este parlamento nesta legislatura, mostrando ser esta a câmara municipal mais produtiva do país. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente John Wayne solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para verificação de quórum. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos previstos regimentalmente para realização de nova verificação. Findo este prazo, fez-se a nova verificação. Permanecendo a falta de quórum, o presidente John Wayne encerrou a sessão às dez horas e dez minutos. Estavam licenciados os vereadores Dr. Chiquinho, Joaquim Campos e Paulo Queiroz. Justificaram suas ausências os vereadores Bieco e Neném Albuquerque. Estiveram presentes os vereadores: Marciel Manão, pelo AVANTE; Gleisson Silva, pelo PSB; Pablo Farah, pelo PL; John Wayne, pelo MDB; Celsinho Sabino e José Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Enfermeira Nazaré Lima e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Moa Moraes, Mauro Freitas e

Nehemias Valentim, pelo PSDB; Toré Lima, pelo Democratas; Wilson Neto, pelo PV; Emerson Sampaio, pelo PP; Simone Kahwage, pelo Cidadania. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 24 de agosto de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE
1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES
2º Secretário

ATO Nº 1262/2020 de 01 de agosto de 2020.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e

CONSIDERANDO disposto no Art. 62, Inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, regulamentado pelo Ato nº 136/2012, de 02/01/2012, que legitimou a concessão de Gratificação por Regime Especial de Trabalho a servidores que estejam efetivamente prestando serviços e trabalhos técnicos de interesse do Poder.

CONSIDERANDO que **Clélia Santos de Queiroz** está exercendo atividades que implicam no assessoramento às Comissões Permanentes ou Temporárias.

R E S O L V E:

ATRIBUIR à servidora **Clélia Santos de Queiroz**, ocupante do cargo em comissão “Secretário Legislativo”, Gratificação mensal no percentual de 100% (cem por cento), calculado sobre o vencimento base do cargo Grupo Nível Superior – Ref. U, do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo, disposto no Anexo I, da Resolução nº 067/2011, de 07/12/2011, a partir de **agosto/2020**.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de agosto de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE
1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES
2º Secretário

ATO Nº 1282/2020 de 01 de agosto de 2020.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e

CONSIDERANDO disposto no Art. 62, Inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, regulamentado pelo Ato nº 136/2012, de 02/01/2012, que legitimou a concessão de Gratificação por Regime Especial de Trabalho a servidores que estejam efetivamente prestando serviços e trabalhos técnicos de interesse do Poder.

CONSIDERANDO que **Luzia da Silva Soares**, está exercendo atividades que implicam no assessoramento às Comissões Permanentes ou Temporárias.

R E S O L V E:

ATRIBUIR à servidora **Luzia da Silva Soares**, ocupante do cargo em comissão “Secretário Legislativo”, Gratificação mensal no percentual de 100% (cem por cento), calculado sobre o vencimento base do cargo Grupo Nível Superior – Ref. U, do Quadro de Pessoal deste Poder Legislativo, disposto no Anexo I, da Resolução nº 067/2011, de 07/12/2011, a partir de **agosto/2020**.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de agosto de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE
1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES
2º Secretário